

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	73
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	77
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	78

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.155.829
Preferenciais	0
Total	2.155.829
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	3.008.302	1.924.183	1.776.053
1.01	Ativo Circulante	705.639	43.317	73.030
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	133.604	6.372	16.912
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	133.604	6.372	16.912
1.01.02	Aplicações Financeiras	514.618	4.207	2.814
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	514.618	4.207	2.814
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	3.830	3.381	2.689
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	510.788	826	125
1.01.03	Contas a Receber	36.315	16.843	16.007
1.01.03.01	Clientes	36.315	16.843	16.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.467	2.072	1.089
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.467	2.072	1.089
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.785	692	634
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.785	692	634
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.850	13.131	35.574
1.01.08.03	Outros	12.850	13.131	35.574
1.01.08.03.01	Outros Créditos	6.675	8.146	6.388
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	0	407	1
1.01.08.03.03	Adiantamentos a fornecedores	4.536	4.496	4.497
1.01.08.03.04	Seguros a Receber	1.639	82	24.688
1.02	Ativo Não Circulante	2.302.663	1.880.866	1.703.023
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.717	17.816	17.881
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	2	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	37.717	17.814	17.881
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	660	1.089	1.286
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	17.142	16.725	16.595
1.02.01.10.09	Outros créditos - conta reserva - poder concedente	19.915	0	0
1.02.03	Imobilizado	25.233	23.722	14.426

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.233	23.722	14.426
1.02.04	Intangível	2.239.713	1.839.328	1.670.716
1.02.04.01	Intangíveis	2.239.713	1.839.328	1.670.716

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	3.008.302	1.924.183	1.776.053
2.01	Passivo Circulante	833.388	220.722	196.280
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.383	5.617	5.078
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.383	5.617	5.078
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.383	5.617	5.078
2.01.02	Fornecedores	43.757	32.826	23.288
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43.757	32.826	23.288
2.01.02.01.01	Fornecedores	43.606	30.761	23.288
2.01.02.01.02	Risco Sacado	0	334	0
2.01.02.01.03	Fornecedores FIDC	151	1.731	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.115	4.428	4.183
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.115	4.428	4.183
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.115	4.428	4.183
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	724.654	45.197	41.044
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.774	45.197	41.044
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.774	45.197	41.044
2.01.04.02	Debêntures	674.880	0	0
2.01.04.02.01	Debêntures	674.880	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	52.479	109.178	103.735
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.527	961	720
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.527	961	720
2.01.05.02	Outros	50.952	108.217	103.015
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	833	739	711
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	38.149	93.626	89.491
2.01.05.02.11	Passivo de Arrendamento	11.970	13.852	12.813
2.01.06	Provisões	0	23.476	18.952
2.01.06.02	Outras Provisões	0	23.476	18.952
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	0	23.476	18.952

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02	Passivo Não Circulante	335.718	462.383	501.399
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	179.445	211.979	253.804
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	167.387	211.979	253.804
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	167.387	211.979	253.804
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	12.058	0	0
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	12.058	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	70.197	50.799	56.949
2.02.02.02	Outros	70.197	50.799	56.949
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	19.861	0	0
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	50.336	29.571	24.709
2.02.02.02.11	Passivo de Arrendamento	0	21.228	32.240
2.02.04	Provisões	86.076	199.605	190.646
2.02.04.02	Outras Provisões	86.076	199.605	190.646
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	77.207	61.433	68.442
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	8.869	138.172	122.204
2.03	Patrimônio Líquido	1.839.196	1.241.078	1.078.374
2.03.01	Capital Social Realizado	2.155.829	1.682.092	1.422.109
2.03.01.01	Subscrito	2.155.829	1.682.092	1.422.109
2.03.02	Reservas de Capital	579	579	579
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	579	579	579
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-317.212	-441.593	-344.314

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	505.108	496.483	439.747
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-502.272	-496.676	-438.903
3.03	Resultado Bruto	2.836	-193	844
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.631	-20.648	-22.439
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.628	-21.216	-22.438
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3	568	-1
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	-3	568	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-13.795	-20.841	-21.595
3.06	Resultado Financeiro	-64.483	-34.926	-54.543
3.06.01	Receitas Financeiras	40.150	4.713	4.418
3.06.02	Despesas Financeiras	-104.633	-39.639	-58.961
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-78.278	-55.767	-76.138
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-78.278	-55.767	-76.138
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-78.278	-55.767	-76.138
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,0638	-0,06249	-0,18239

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	124.381	-97.279	-237.285
4.03	Resultado Abrangente do Período	124.381	-97.279	-237.285

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-116.112	95.447	55.314
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	160.913	120.700	124.007
6.01.01.01	Lucro/(prejuízo) do exercício	124.381	-97.279	-237.285
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	96.928	88.901	82.635
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	2	1.379	179
6.01.01.05	Capitalização de juros	-9.833	-24.025	-26.948
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	59.709	33.148	36.866
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	5.308	21.611	44.744
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	30.729	42.469	40.641
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	212	225	282
6.01.01.10	Obrigações com poder concedente	9.362	10.369	8.533
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-26	-51	-52
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-2.665	-2.021	-2.411
6.01.01.19	Atualização monetária e Provisão outras contas a pagar	49.465	4.462	15.676
6.01.01.20	(Reversão)/provisão para redução ao valor recuperável	-202.659	41.512	161.147
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-277.025	-25.253	-68.693
6.01.02.01	Clientes	-19.684	-1.061	-3.860
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.395	-983	-175
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-2.091	-60	967
6.01.02.04	Depósitos judiciais	455	248	-7
6.01.02.05	Outros créditos, adiantamento a fornecedores e seguros a receber	-126	22.849	-20.548
6.01.02.06	Fornecedores, FIDC e Risco sacado	10.931	9.538	-636
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	766	539	1.098
6.01.02.08	Partes relacionadas	973	-165	-1.121
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.687	245	585
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-3.597	-5.643	-2.727
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção	-38.431	-44.954	-38.146
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com poder concedente	-9.322	-10.341	-8.501

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-215.191	4.535	4.378
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-789.998	-283.609	-215.393
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-7.661	-14.566	-5.344
6.02.02	Aquisição de intangível	-274.174	-269.541	-213.699
6.02.03	Aplicações financeiras	-509.962	-701	188
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	1.799	1.199	3.462
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.033.342	177.622	158.399
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-60.407	-51.701	-47.033
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-26.342	-30.660	-33.677
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	646.354	0	0
6.03.07	Aporte de Capital	473.737	259.983	239.109
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	127.232	-10.540	-1.680
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.372	16.912	18.592
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	133.604	6.372	16.912

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.682.092	579	0	-441.593	0	1.241.078
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.682.092	579	0	-441.593	0	1.241.078
5.04	Transações de Capital com os Sócios	473.737	0	0	0	0	473.737
5.04.01	Aumentos de Capital	473.737	0	0	0	0	473.737
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	124.381	0	124.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	124.381	0	124.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.155.829	579	0	-317.212	0	1.839.196

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.422.109	579	0	-344.314	0	1.078.374
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.422.109	579	0	-344.314	0	1.078.374
5.04	Transações de Capital com os Sócios	259.983	0	0	0	0	259.983
5.04.01	Aumentos de Capital	259.983	0	0	0	0	259.983
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-97.279	0	-97.279
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-97.279	0	-97.279
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.682.092	579	0	-441.593	0	1.241.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.183.000	579	0	-107.029	0	1.076.550
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.183.000	579	0	-107.029	0	1.076.550
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.109	0	0	0	0	239.109
5.04.01	Aumentos de Capital	239.109	0	0	0	0	239.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-237.285	0	-237.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-237.285	0	-237.285
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.422.109	579	0	-344.314	0	1.078.374

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	526.731	517.593	460.800
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	249.900	242.958	241.220
7.01.02	Outras Receitas	6.363	6.099	5.665
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	270.468	268.536	213.915
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-381.478	-394.989	-346.574
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-373.979	-380.554	-327.632
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.453	-14.300	-18.700
7.02.04	Outros	-46	-135	-242
7.03	Valor Adicionado Bruto	145.253	122.604	114.226
7.04	Retenções	105.728	-130.413	-243.783
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-96.928	-88.901	-82.635
7.04.02	Outras	202.656	-41.512	-161.148
7.04.02.02	Outras receitas (despesas), líquidas	-3	0	-1
7.04.02.03	Reversão (provisão) para redução ao valor recuperável	202.659	-41.512	-161.147
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	250.981	-7.809	-129.557
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.150	5.281	4.418
7.06.02	Receitas Financeiras	40.150	4.713	4.418
7.06.03	Outros	0	568	0
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	0	568	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	291.131	-2.528	-125.139
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	291.131	-2.528	-125.139
7.08.01	Pessoal	37.828	32.115	29.904
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.081	23.423	21.614
7.08.01.02	Benefícios	8.238	7.185	6.911
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.509	1.507	1.379
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.577	20.975	20.811
7.08.02.01	Federais	9.355	9.091	9.012
7.08.02.03	Municipais	12.222	11.884	11.799

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	107.345	41.661	61.431
7.08.03.01	Juros	43.351	6.818	6.777
7.08.03.02	Aluguéis	2.712	2.022	2.470
7.08.03.03	Outras	61.282	32.821	52.184
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	124.381	-97.279	-237.285
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	124.381	-97.279	-237.285

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Introdução

A Administração da Ecovias Capixaba, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Companhia

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Ecovias Capixaba” ou “Companhia”) foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia está localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a Ecovias Capixaba assinou o Contrato de Concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA. Posteriormente, em 26 de agosto de 2025, foi firmado o termo aditivo de extensão de prazo, considerando a repactuação contratual e estabelecendo nova vigência a partir de 28 de agosto de 2025.

A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, totalizando 466,8 km.

A rodovia leva a cinco importantes portos: de Vitória, de Tubarão e da Barra do Riacho no Espírito Santo, o do Açú, no Rio de Janeiro e o de Ilhéus, na Bahia. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como Guarapari e Vila Velha.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias Capixaba agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

Termo de Autocomposição para otimização e modernização do Contrato de Concessão

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da Companhia, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Ecovias Capixaba com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão foram firmados para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles – Sétimo Termo Aditivo – foi celebrado em 23 de junho de 2025, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, da data de sua publicação. As prorrogações foram necessárias para a conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso/TCU. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou com condicionantes, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. A Ecovias Capixaba, juntamente com a ANTT e o Ministério dos Transportes apresentaram manifestação demonstrando o atendimento das condicionantes, o que foi reconhecido pelo plenário do TCU por meio do Acórdão nº 513/2025, em 12 de março de 2025, ensejando a celebração do Termo de Autocomposição, firmado em 17 de março de 2025, pela Ecovias Capixaba, União – por intermédio do Ministério dos Transportes –, e ANTT, com interveniência do TCU. Com a aprovação do TCU e a celebração do Termo de Autocomposição, a ANTT aprovou e autorizou a publicação do edital do processo competitivo, por meio de leilão realizado em 26 de junho de 2025. O critério de julgamento da melhor proposta foi pelo menor valor da tarifa de pedágio, para alienação de 100% (cem

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

por cento) das ações da Ecovias Capixaba, conforme Fato Relevante de 17 de março de 2025. Conforme Fato Relevante de 26 de junho de 2025, em não havendo outras propostas apresentadas no certame, a Comissão Mista do Processo Competitivo declarou a manutenção da ECS no controle acionário direto da Ecovias Capixaba. Em 18 de julho de 2025, foi publicada a Deliberação ANTT nº 230, de 17 de julho de 2025, que homologou e adjudicou o resultado do Leilão do Processo Competitivo, convocando a ECS para cumprimento das condições precedentes para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato. Em 22 de agosto de 2025, a ANTT, por meio da Nota Informativa SEI nº 788/2025/CMPC2.2025/SUCON/DIR, atestou o adimplemento das referidas condições.

Em 26 de agosto de 2025, conforme comunicado em Fato Relevante, foi celebrado o 8º Termo Aditivo, para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da Ecovias Capixaba, com vigência por mais 24 (vinte e quatro) anos, preservando a continuidade da prestação do serviço público na BR-101/ES/BA, conforme condições estabelecidas pelo plenário do Tribunal de Contas da União – TCU nos Acórdãos nº 1.996/2024 e nº 513/2025. Com a celebração deste novo Termo Aditivo, o Terceiro Aditivo e o Sétimo Termo Aditivo foram extintos.

Para mais informações sobre o 8º Termo Aditivo Vide Nota 1.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

A partir dessa data, a concessionária adotou o nome de Ecovias Capixaba.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 66.925 mil em 2025, o que corresponde a um aumento de 5,1% em relação a 2024.

O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 7,0% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados.

O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 4,3%, devido ao ciclo de celulose da região.

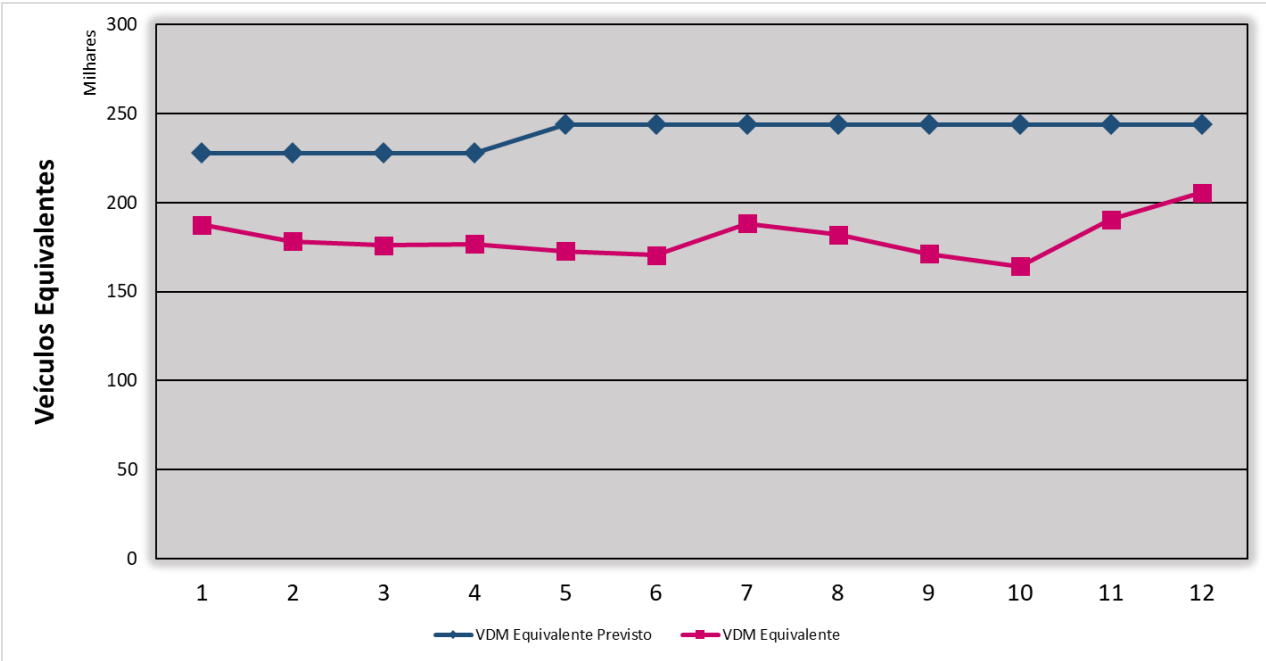
Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2025	2024	Var.
Leves	20.463	19.118	7,0 %
Pesados	46.463	44.566	4,3 %
Total	66.925	63.684	5,1 %

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2025, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



TARIFA E TARIFA MÉDIA

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou redução de 2,2% em 2025.

Tarifa média (Em R\$)	2025	2024	Var.
Ecovias Capixaba	3,73	3,81	(2,2)%

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2025.

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)									
Praça de Pedágio	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 KM 0,8	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P2 KM 85,8	4,60	9,20	6,90	13,80	9,20	18,40	23,00	27,60	2,30
P3 KM 171,7	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P4 KM 242	4,20	8,40	6,30	12,60	8,40	16,80	21,00	25,20	2,10
P5 KM 320,8	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P6 KM 398,9	3,60	7,20	5,40	10,80	7,20	14,40	18,00	21,60	1,80
P7 KM 452	2,00	4,00	3,00	6,00	4,00	8,00	10,00	12,00	1,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$526,7 milhões em 2025, aumento de 1,8% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento das receitas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$21,6 milhões, 2,4% superior em relação a 2024.

Receitas de Pedágio: R\$249,9 milhões em 2025, aumento de 2,9%, devido ao crescimento do tráfego de veículos.

Receitas Acessórias: R\$6,4 milhões em 2025, aumento de 4,3%.

Receita de Construção: R\$270,5 milhões em 2025, aumento de 0,7%, devido ao maior volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$5.284,1 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Receita Bruta (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Receitas de Pedágio	249,9	243,0	2.112,4
Receitas Acessórias	6,4	6,1	48,9
Receita de Construção	270,5	268,5	2.078,5
Total	526,7	517,6	4.239,8

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$518,9 milhões em 2025, aumento de 0,2%, devido, principalmente, ao aumento dos gastos com serviços de terceiros e aumento da base de ativos (depreciação e amortização), compensados parcialmente pela redução dos gastos com conservação e manutenção. **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$127,6 milhões, aumento de 0,1% em relação a 2024.**

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$4.004,4 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Custos e despesas operacionais (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Custos e Despesas	518,9	517,9	2.967,6

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2025, o EBITDA totalizou R\$285,8 milhões, impactado pela reversão da provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$202,7 milhões (vide Nota 11 das Demonstrações Financeiras da Companhia). O EBITDA ajustado, excluindo, provisão para manutenção, reversão da provisão para redução ao valor

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

recuperável e a provisão para contingências, totalizou R\$115,5 milhões, c margem EBITDA ajustada de 49,2%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$64,5 milhões, o que representa aumento de 84,3% em relação a 2024. Esse impacto ocorreu devido, principalmente, aos juros sobre debêntures, em razão da 2ª emissão de debêntures da Companhia, parcialmente compensado pelo aumento das receitas financeiras.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2025, a Ecovias Capixaba apresentou lucro de R\$124,4 milhões.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias Capixaba encerrou o exercício de 2025 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva no valor de R\$665,4 milhões e a dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) de R\$892,1 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$226,7 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 2,0x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide as Notas Explicativas nº 14 e 15 da Demonstração Financeira.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$330,1 milhões em 2025. Os principais investimentos ocorreram nas obras de ampliação, interseção, passarelas e conservação especial de pavimento.

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Intangível	322,4	338,5	2.395,5
Imobilizado	7,7	14,6	67,4
Investimentos totais	330,1	353,1	2.462,9

VALOR ADICIONADO

Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$251,0 milhões positivo, em função, principalmente, da reversão da provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$202,7 milhões, isto é, 47,7% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 49,2 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$7,8 milhões negativos e a representatividade de -1,5%.

ISS REPASSADOS

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2025 foi de R\$12,2 milhões.

Impostos Municipais repassados (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
ISS	12,2	11,9	103,3

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores.

PLANEJAMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL

O sucesso que a Companhia têm alcançado ao se adaptar às rápidas mudanças no setor de transportes é resultado, em grande parte, da qualidade do seu planejamento empresarial. Desde que assumiu o Contrato de Concessão, a Companhia desenvolve seu Sistema de Gestão Integrado, fundamentado nos requisitos das Normas ISO 9001, ISO 9004, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 39001. Em maio de 2015, realizou a primeira auditoria interna e submeteu seu Manual de Gestão à ANTT.

Demonstrando seu compromisso com a evolução do Sistema de Gestão Integrado, a Ecovias Capixaba mantém, desde outubro de 2017, as certificações nas normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015, ISO 45001: 2018 e ISO 39001:2015 para todos os seus processos e sites, com o seguinte escopo:

"Atividades de administração de serviços em rodovia, incluindo: Todas as atividades de conservação de rotina, projetos e gestão de obras, operação, manutenção, pedágio, assistência ao usuário, inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar, serviço de pesagem e serviço mecânico".

Essas certificações confirmam o compromisso da Ecovias Capixaba com o desenvolvimento sustentável do negócio e o alinhamento de sua gestão com as melhores práticas de mercado.

RECURSOS HUMANOS

Em 2025, a Companhia investiu R\$305,9 mil (R\$154,7 mil em 2024) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA) *10.000
Analista de Planejamento Controle/Planejamento de Obras	8	0,53
Analista Faixa de Dominio	3	0,20
Analista Tráfego CCO I	1	0,07
Auxiliar CCO	3	0,20
Assistente de engenharia/laboratório/sistema rodoviário	9	0,60
Controlador de CCO	4	0,27
Controlador Sistema Rodoviário	9	0,60
Coordenador de Tráfego	1	0,07
Coordenador Obras	2	0,13
Coordenador Conservação	1	0,07
Coordenador Faixa de Dominio	1	0,07
Coordenador Planejamento Engenharia	1	0,07
Coordenador Segurança do Trabalho	1	0,07
Laboratorista	1	0,07
Operador de CCO/Balança	45	3,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

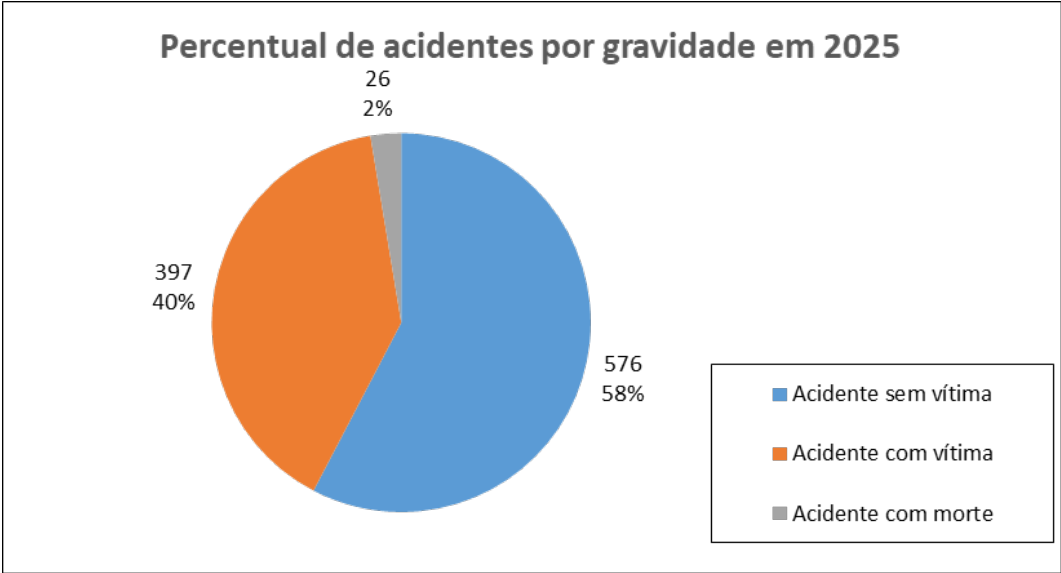
Operador Pedágio	200	13,32
Operador Tráfego	56	3,73
Supervisor Laboratório	1	0,07
Supervisor Operações Rodoviária/Sistema Rodoviário	3	0,20
Supervisor Tráfego/CCO	3	0,20
Técnico Segurança do Trabalho	2	0,13
Total de Pessoal - Operacional	357	23,78
Aprendiz	1	0,07
Advogado	2	0,13
Auxiliar/Assistente Administrativo	2	0,13
Assistente Administração Serviços/	7	0,47
Assistente de Engenharia	3	0,20
Analista Administração/Comunicação/	11	0,73
Coordenador Administração Contrato/	4	0,27
Diretor Superintendente	1	0,07
Especialista Administração Contrato	1	0,07
Estagiário	2	0,13
Engenheiro	9	0,60
Gerente Administração Contrato/Engenharia	2	0,13
Técnico de Engenharia	9	0,60
Total de Pessoal - Pedágio	54	3,60
Total de Pessoal - Concessionária	411	27,38

INDICADORES OPERACIONAIS

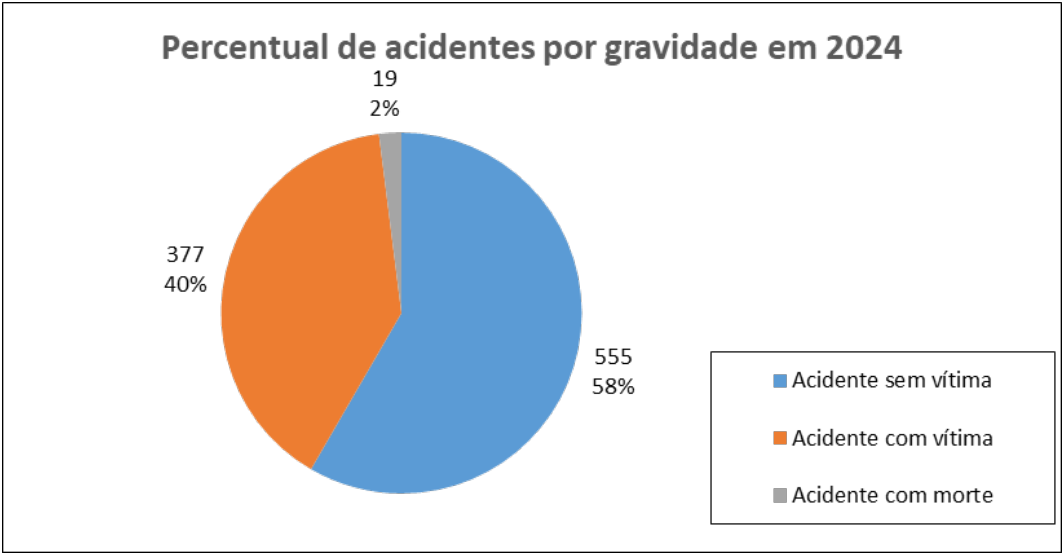
Segurança no Trânsito

Acidentes

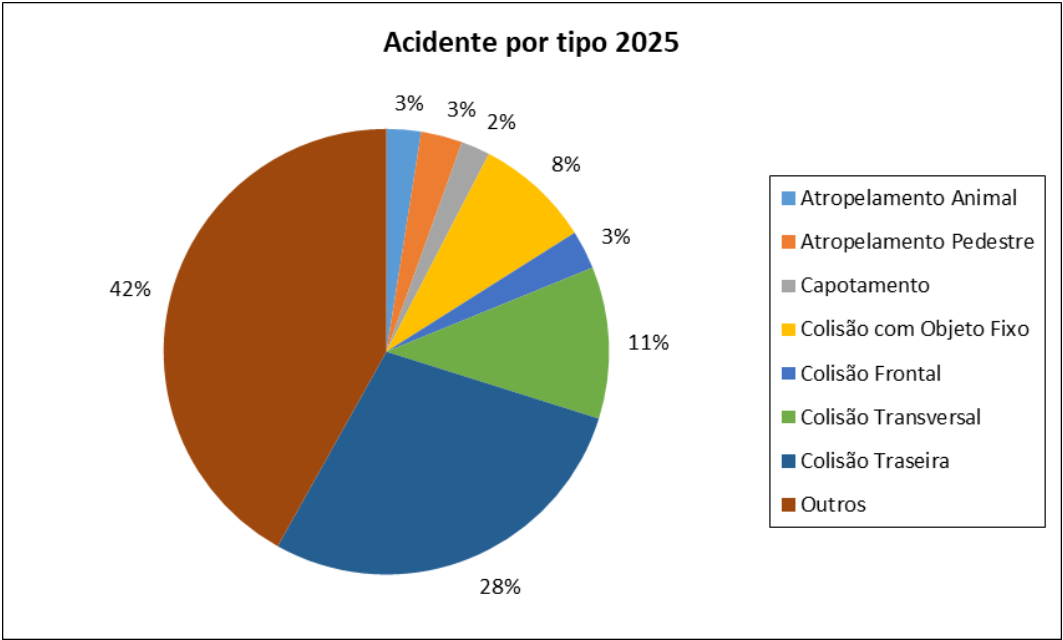
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



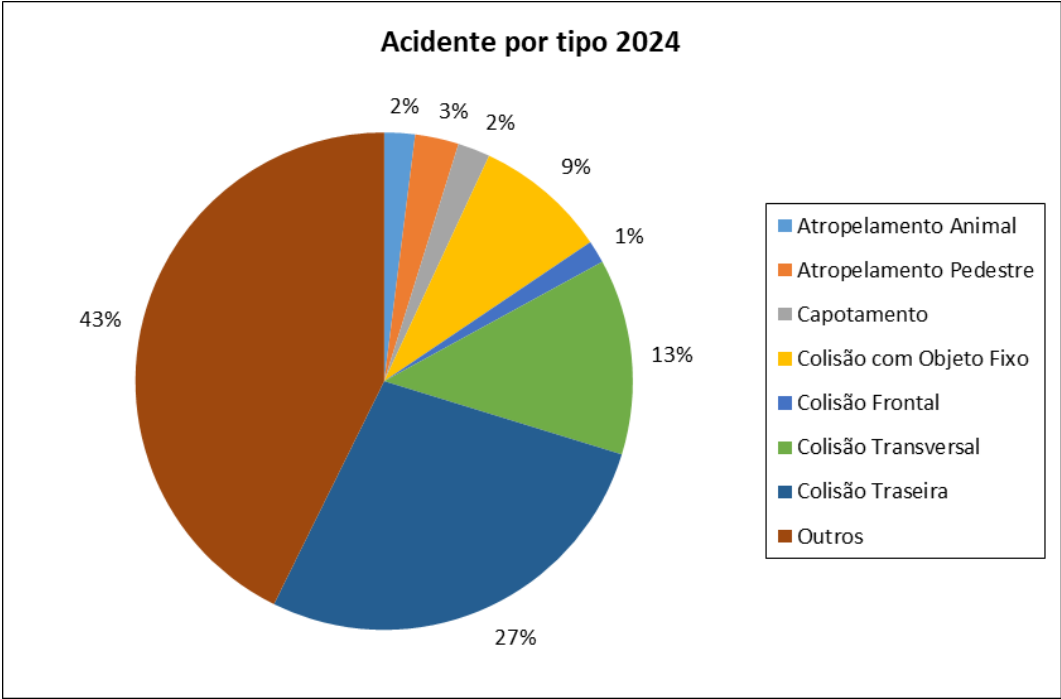
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DADOS DE OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

Veículos Alocados

Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados exercício de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de veículos pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	12	2,52
Guincho leve	12	2,52
Guincho pesado	3	0,63
Guincho super pesado	3	0,63
Ambulância Tipo C	8	1,68
Ambulância Tipo D - UTI	4	0,84
Viatura - Saveiro Supervisores de Rota	2	0,42
Viatura - Supervisor de CCO	1	0,21
Total de veículos operacionais	45	9,46
Administração	30	6,30
Pedágio	2	0,42
Caminhão pipa	3	0,63
Caminhão boiadeiro	3	0,63
Segurança do trabalho	2	0,42
Manutenção	2	0,42
Faixa de domínio	1	0,21
Total de veículos de apoio	43	9,04
Total de veículos aplicados na concessão	88	18,49

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CONCESSIONÁRIA EM NÚMEROS

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	466,8 km
Número de veículos que transitaram	Leve: 21.434,19 milhões
	Comercial: 10.458,02 milhões
Tarifa	Verificar abertura na tabela de tarifas
Número de praças de pedágio	7 (sete)
Número de quilômetros mantidos	466,8 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	Cat 1: 216.073
	Cat 2: 47.909
	Cat 3: 2.378
	Cat 4: 69.685
	Cat 5: 750
	Cat 6: 64.361
	Cat 7: 54.464
	Cat 8: 144.200
	Cat 9: 4.434
	Outros : 119.147
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	182.858 mil
Equipes utilizadas pela concessionária	Conforme tabela Funcionários alocados na Concessão
Índices de qualidade de estrada	Deflexão característica (DC)
	Flecha na trilha de roda
	Índice de condição do pavimento (ICP)
	Índice de Gravidade Global (IGG)
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)
	Índice de retrorrefletância
	Trincamento (TR)
	Valor de resistência a derrapagem (VRD)
Receita de pedágio em 2025	R\$ 249,9 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2025	R\$ 248,4 milhões
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	411 funcionários
Despesas com pessoal em 2025	R\$ 37,8 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2025	R\$ 96,9 milhões
Ativo líquido	R\$ 665,4 milhões
Ativo bruto	R\$ 3.008,3 milhões
Série histórica de investimentos até 2025	R\$ 3.146,1 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2025	11,07%
Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2024	R\$ 16,6 milhões
Despesas com manutenção em 2024	R\$ 19,1 milhões
Outras despesas	R\$ 15,4 milhões
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 2.253
	Com feridos: 1.685
	Com mortos: 109

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores	
Tarifa média	R\$3,73
Custo por veículo ou km	R\$3,71

BALANÇO SOCIAL

1 - Base de cálculo	2025	2024
	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	526.731	517.593
Receita líquida (RL)	505.108	496.483
Resultado Operacional (RO)	188.864	(62.353)
Folha de Pagamento bruta (FPB)	37.828	32.115
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	37.828	32.115
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-	-

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.389	9 %	1 %	3.395	11 %	1 %
Encargos sociais	5.465	14 %	1 %	4.815	15 %	1 %
Previdência privada	368	1 %	— %	313	1 %	— %
Saúde	4.282	11 %	1 %	3.625	11 %	1 %
Segurança e Saúde no trabalho	125	— %	— %	104	— %	— %
Educação	17	— %	— %	41	— %	— %
Cultura	-	— %	— %	-	— %	— %
Capacitação e desenvolvimento profissional	275	1 %	— %	155	— %	— %
Creches ou auxílio creche	266	1 %	— %	96	— %	— %
Participação nos lucros ou resultados	1.667	4 %	— %	1.372	4 %	— %
Outros	-	— %	— %	-	— %	— %
Total - Indicadores sociais internos	15.854	42 %	3 %	13.916	43 %	3 %

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	— %	— %	9	— %	— %
Cultura	-	— %	— %	-	— %	— %
Saúde e saneamento	-	— %	— %	2	— %	— %
Esporte	-	— %	— %	3	— %	— %
Combate à fome e segurança alimentar	-	— %	— %	-	— %	— %
Outros	20	— %	— %	12	— %	— %
Total de contribuições à sociedade	20	— %	— %	26	— %	— %
Tributos (Exceto encargos sociais)	-	— %	— %	-	— %	— %
Total - Indicadores sociais externos	20	— %	— %	26	— %	— %

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	5.958	16 %	1 %	1.839	6 %	— %
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2.200	6 %	— %	2.035	6 %	— %
Total de investimentos em meio ambiente	8.158	22 %	2 %	3.874	12 %	1 %
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas			() Não possui metas		
	() Cumpre de 0 a 50%			() Cumpre de 0 a 50%		
	() Cumpre de 50 a 75%			() Cumpre de 50 a 75%		
	(x) Cumpre de 75 a 100%			(x) Cumpre de 75 a 100%		

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	411	393
Tempo de serviço	20% até seis meses	13% até seis meses
	8% de seis meses a um ano	9% de seis meses a um ano
	15% entre um e dois anos	17% entre um e dois anos
	22% entre dois e cinco anos	22% entre dois e cinco anos
	35% mais de cinco anos	39% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	139	104
Nº de demissões durante o período	122	123
Nº de colaboradores terceirizados	1.156	1.005
Nº de estagiários (as)	2	-
Nº de colaboradores com até 18 anos	1	6
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	73	61
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	287	277
Nº de colaboradores acima de 45 anos	50	49
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	242	228
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	25%	33%
Remuneração paga a mulheres no período	10.796.175	7.241.947
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	240	232
% de cargos gerenciais ocupados por negros	25%	33%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	11	13
Total de horas extras trabalhadas	55.764	54.787
Total de horas extras pagas	929.565	833.594
Total de INSS pagos	3	3.445
Total de FGTS pago	1	1.370
Total de Contribuição Sindical paga	59.500	65
Total de demais encargos sociais pagos	-	-
Total de ICMS recolhidos no período	-	-
Total de IR recolhido no período	-	-
Total de CSLL recolhidos no período	-	-
Total de PIS recolhidos no período	1.748	1.649
Total de COFINS recolhidos no período	8.192	7.660
Total de outros tributos recolhidos no período	12.222	11.884

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	3868%	3499%
Número total de acidentes de trabalho	6	6
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	() direção
	(X) direção e gerenciais	(X) direção e gerenciais
	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	() direção e gerenciais	() direção e gerenciais
	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores
	(X) todos + CIPA	(X) todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve	() não se envolve
	(X) segue as normas da OIT	(X) segue as normas da OIT
	() incentiva as normas da OIT	() incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção
	() direção e gerenciais	() direção e gerenciais
	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção
	() direção e gerenciais	() direção e gerenciais
	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados	() não são considerados
	() são sugeridos	() são sugeridos
	(X) são exigidos	(X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve	() não se envolve
	() apoia	() apoia
	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	93,6% na Concessionária	83,5% na Concessionária
	0,1% no PROCON	0,1% no PROCON
	6,3% na Justiça	16,4% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	7,4% governo	-829,7% governo
	42,7% governo	3.848,1% governo
	13,0% governo	-1.270,4% governo
	36,9% governo	-1.648,0% governo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

Em conformidade com as disposições da Lei nº 15.177/2025, são apresentados a seguir os indicadores da Companhia incorporados ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

I – a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; e II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:

Nível Hierárquico	2025				2024			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)
Executivos	1	25%	3	75%	1	25%	3	75%
Média Gestão	6	30%	14	70%	6	33%	12	67%
Administrativo	32	63%	19	37%	20	53%	18	47%
Operacional	203	60%	133	40%	201	60%	132	40%
Total	242	59%	169	41%	228	58%	165	42%

Notas: (1) **Executivos:** Diretor Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes, Consultores e Superintendentes. (2) **Média Gestão:** Coordenadores, Supervisores e Especialistas. (3) **Administrativos:** Cargos Administrativos, Engenheiros, Advogados, Aprendizes e Estagiários. (4) **Operacional:** Operacional, Técnicos e Liderança Operacional.

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:

Nível Hierárquico	Proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração média anual dos homens por nível hierárquico	
	2025	2024
Executivos	0,54	0,47
Média Gestão	0,76	0,65
Administrativo	0,70	0,62
Operacional	0,79	0,77

Notas: (1) Níveis hierárquicos englobam os cargos descritos no item I e II (2) A remuneração apresentada contempla o total anual, incluindo remuneração fixa e variável; (3) A análise considera os valores médios por nível hierárquico; (4) As proporções observadas refletem a distribuição atual do quadro de colaboradores entre áreas, níveis hierárquicos e funções, podendo haver variações decorrentes da estrutura interna de cargos; (5) A companhia adota políticas de remuneração baseadas em desempenho, complexidade do cargo, nível de responsabilidade e critérios objetivos de elegibilidade. Dessa forma, diferenças de proporção podem ocorrer em função da diversidade de cargos existentes em cada nível hierárquico, não representando disparidade salarial para funções equivalentes.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2025: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Consultoria de benefícios fiscais da Lei do Bem da Companhia. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários pagos no exercício de 2025 totalizaram R\$136,3 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$8,7 mil, representando 6,4% do total de honorários pagos.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Serra – ES, 17 de março de 2026.

A Administração

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Ecovias Capixaba”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal (Edital de licitação nº 01/11), incluindo a exploração de receitas acessórias. O Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 17 de abril de 2013, e aditivado em 26 de agosto de 2025, possui prazo final em 27 de agosto de 2049. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 19.1. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, Bairro Laranjeiras, no município de Serra – ES. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurélia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria “B”, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Ecovias Capixaba”), junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Ecovias Capixaba com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão foram firmados para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles – Sétimo Termo Aditivo – foi celebrado em 23 de junho de 2025, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, da data de sua publicação. As prorrogações foram necessárias para a conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso/TCU. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou com condicionantes, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. A Ecovias Capixaba, juntamente com a ANTT e o Ministério dos Transportes apresentaram manifestação demonstrando o atendimento das condicionantes, o que foi reconhecido pelo plenário do TCU por meio do Acórdão nº 513/2025, em 12 de março de 2025, ensejando a celebração do Termo de Autocomposição, firmado em 17 de março de 2025, pela Ecovias Capixaba, União – por intermédio do Ministério dos Transportes –, e ANTT, com interveniência do TCU. Com a aprovação do TCU e a celebração do Termo de Autocomposição, a ANTT aprovou e autorizou a publicação do edital do processo competitivo, por meio de leilão realizado em 26 de junho de 2025. O critério de julgamento da melhor proposta foi pelo menor valor da tarifa de pedágio, para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Ecovias Capixaba, conforme Fato Relevante de 17 de março de 2025. Conforme Fato Relevante de 26 de junho de 2025, em não havendo outras propostas apresentadas no certame, a Comissão Mista do Processo Competitivo declarou a manutenção da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. – ECS no controle acionário direto da Ecovias Capixaba. Em 18 de julho de 2025, foi publicada a Deliberação ANTT nº 230, de 17 de julho de 2025, que homologou e adjudicou o resultado do Leilão do Processo Competitivo, convocando a ECS para cumprimento das condições precedentes para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato. Em 22 de agosto de 2025, a ANTT, por meio da Nota Informativa SEI nº 788/2025/CMPC2.2025/SUCON/DIR, atestou o adimplemento das referidas condições.

Notas Explicativas

Em 26 de agosto de 2025, conforme comunicado em Fato Relevante, foi celebrado o 8º Termo Aditivo, para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da Ecovias Capixaba, com vigência por mais 24 (vinte e quatro) anos, preservando a continuidade da prestação do serviço público na BR-101/ES/BA, conforme condições estabelecidas pelo plenário do Tribunal de Contas da União – TCU nos Acórdãos nº 1.996/2024 e nº 513/2025. Com a celebração deste novo Termo Aditivo, o Terceiro Aditivo e o Sétimo Termo Aditivo foram extintos.

As Partes haviam convencionado no Termo de Autocomposição, a necessidade de resolução dos litígios existentes como condição para assinatura do Termo Aditivo, definindo-se as condições para o encerramento das controvérsias envolvendo a “Operação Infinita *Highway*”, a renúncia de pleitos de reequilíbrio contratual e o pagamento de passivos regulatórios existentes (cláusulas 4.41 a 4.66, do Termo de Autocomposição), além das condições a serem observadas no contrato repactuado.

A solução consensual definiu novo cronograma de obras para a execução de R\$ 7,07 bilhões em investimentos e R\$ 3,33 bilhões em despesas operacionais, distribuídos em 24 anos (com a extensão do prazo original da Concessão em 10 anos) sob uma TIR de 9,21% e atualização das projeções de tráfego com base nos dados realizados.

O acordo previu a incorporação de parâmetros regulatórios da 5ª etapa de Concessões Federais, com destaque para a revisão da matriz de riscos do Contrato (cambial, ambiental, imobiliário, etc.), a incorporação de mecanismo de contas, a isenção da tarifa de motos, reclassificação tarifária com o incremento da tarifa após a incorporação de novas faixas de rolagem (5%) ou duplicações (30%) e a substituição do modelo de gestão contratual que consistia em fluxo de caixa (plano de negócios) para a regulação por fatores, com a introdução de mecanismos de reequilíbrio contratual por meio dos Fatores A, D e de compensações financeiras por meio do Fator C, conforme regulamentação vigente da ANTT.

Período de Transição

Foi definido, ainda, um período de transição de 3 anos, com execução das principais obras, suspensão de R\$200 milhões em multas como mecanismo de incentivo, com arquivamento condicionado ao cumprimento de, pelo menos, 80% das obras previstas para o período, reajuste gradual da tarifa em patamares predeterminados e condicionados à conclusão de 90% do cronograma trimestral. Nesse período, devem ser entregues 84 km de duplicações (dos 170,74 km previstos para os 7 primeiros anos), iniciadas duas obras de contornos viários e também realizada a recuperação da pavimentação asfáltica. Durante esse período, em que haverá monitoramento trimestral por verificadores independentes, a Concessionária não poderá pagar dividendos nem ter seu controle acionário transferido. Atrasos superiores a 20% poderão levar à rescisão antecipada do contrato.

No que se refere à apuração de haveres e deveres, a Concessionária renunciou aos pleitos de reequilíbrio contratual que estavam em discussão na ANTT e no Judiciário e as partes arbitraram valores para a resolução integral de seus litígios, com destaque para os passivos regulatórios envolvendo multas administrativas judicializadas, a reparação integral de suposta vantagem indevidamente obtida em razão dos fatos apurados na Operação “Infinita *Highway*” e o cumprimento de Acórdão do TCU que imputava a necessidade de compensar impactos decorrentes da postergação de investimentos.

Modernização regulatória

O Termo Aditivo trouxe alguns novos aspectos ao Contrato de Concessão da Ecovias Capixaba, já utilizados em outras Concessionárias do Grupo EcoRodovias, tais como o Desconto Básico de Tarifa (DBT), Desconto de Usuário Frequente (DUF), Recursos Vinculados, Retenção sobre a Receita Tarifária, entre outros.

Reflexos contábeis

Os reflexos contábeis derivados da celebração do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão foram registrados em balanço e no resultado da Companhia, e estão destacados abaixo:

- Provisão complementar de multas aplicadas pela ANTT¹;
- Estorno da provisão excedente referente ao acordo no processo Infinita *Highway*¹;

Notas Explicativas

- Reversão da provisão para redução ao valor recuperável².

¹ Conforme descrito no Termo de Autocomposição;

² A Administração da Companhia embasada no item 110 do CPCo1, avaliou o tema, e entendeu que, com a assinatura do termo aditivo para readequação contratual, existem indicativos de que as perdas por desvalorização reconhecidas em períodos anteriores não mais existem, principalmente considerando que o Aditivo proporcionou a adaptação e otimização do Contrato de Concessão, garantindo: (i) a extensão do contrato por mais 10 anos; (ii) degraus tarifários coerentes com os custos de manutenção e operação; (iii) readequação da Taxa Interna de Retorno (TIR); e (iv) geração de um novo fluxo de caixa para a Concessão. A Companhia contratou consultoria externa para suporte especializado de avaliação do teste de valor recuperável, o qual indicou que o valor em uso é superior aos valores contábeis registrados. Diante dos novos fatos, procedeu com a reversão da provisão registrada em períodos anteriores no montante de R\$202.659 (R\$41.512 em 31 de dezembro de 2024 e R\$161.147 em 31 de dezembro de 2023).

A partir dessa data, 26 de agosto de 2025, a concessionária adotou o nome de Ecovias Capixaba.

A Companhia vem apresentando Capital Circulante Negativo e prejuízos acumulados em função de sua situação econômica, porém as necessidades de caixa vem sendo e continuarão sendo supridas, através de aporte de capital, realizados pelo seu acionista.

1.2 Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês)

O Grupo EcoRodovias adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) à gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 vias da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação as mudanças climáticas, biodiversidade, segurança viária e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança.

No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano-base de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo mantém um plano de descarbonização, revisado periodicamente, que abrange diferentes projetos e ações estruturados em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono; eletrificação de equipamentos; energia renovável; e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Em 2025 o Grupo deu continuidade aos estudos de transição energética, com foco na análise de soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis com a implementação de um projeto piloto para o uso do biodiesel B-100 na frota pesada. Além disso, como medida para redução das nossas emissões, substituímos dez guinchos operacionais movidos a combustão por modelos elétricos. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e neutraliza suas emissões de escopo 2 através da compra de I-RECs (certificados de energia renovável).

Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Grupo EcoRodovias realizou estudos de vulnerabilidade climática, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (horizontes de 2030 e 2050). Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo.

Os resultados desse trabalho são incluídos na metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários.

Notas Explicativas

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, a COFINS e o IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária.

Notas Explicativas

As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material nas operações ou demonstrações financeiras da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizados na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizados abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (Nota 23).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Notas Explicativas

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

3.3 Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a

Notas Explicativas

infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,63% ao ano (10,10%% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

Provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamento e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data.

As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos, financiamentos e debêntures como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

3.6 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres

Notas Explicativas

inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente (por lote).

A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio.

A Companhia também possui mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide nota 19.1).

3.7 Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

3.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

3.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.11 Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

3.12 Normas emitidas e/ou alteração de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas, pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o

Notas Explicativas

entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais para a Companhia.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Notas Explicativas

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária

Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

Notas Explicativas

- estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"

Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.13 Lucro /(prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

3.14 Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

3.16 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11).

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que

Notas Explicativas

estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- i. Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,63% ao ano (10,10% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	7.715	3.268
Equivalentes de caixa:	-	-
Fundo de investimento (a)	121.532	1.263
Operações compromissadas (b)	-	1.815
Aplicações automáticas (c)	4.357	26
	<u>133.604</u>	<u>6.372</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 80,8% aplicações em Cotas de Fundos. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundo.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,7% em 31 de dezembro de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 0% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (90% em 31 de dezembro de 2024), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Cotas fundo - BTG CDB Plus (a)	503.074	811
Cotas fundo - FIDC_ECO (b)	7.714	15
	<u>510.788</u>	<u>826</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e PLUS), este fundo aplica em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.

Notas Explicativas

- (b) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores - FIDC” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2025, o valor cedido em favor dos fornecedores era de R\$151 (R\$1.731 em 31 de dezembro de 2024).

O aumento nos saldos de aplicações financeiras, deve-se a 2ª emissão de debêntures, conforme descrito na Nota 15.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA

As aplicações financeiras – conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento (a)	20.972	20.106
	20.972	20.106
Circulante	3.830	3.381
Não circulante	17.142	16.725

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100,2% em 31 de dezembro de 2024).

As aplicações financeiras – conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

A composição está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico (a)	35.132	16.206
Receitas acessórias (b)	2.231	1.925
Outras contas a receber	674	448
Desconto de Usuário Frequente - DUF (c)	226	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(1.948)	(1.736)
	36.315	16.843

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

Notas Explicativas

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

(c) Desconto de Usuário Frequente a receber da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme cláusulas contratuais.

(d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	36.215	16.829
Vencidos:		
Até 30 dias	39	22
De 31 a 90 dias	70	41
De 90 a 120 dias	22	21
Acima de 120 dias	1.917	1.666
	<u>38.263</u>	<u>18.579</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(1.736)	(1.511)
Valores recuperados	8	40
Constituição de PECLD	(220)	(265)
Saldo no fim do exercício	<u>(1.948)</u>	<u>(1.736)</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2025	31/12/2024
Natureza		
Cível	324	143
Trabalhista	336	946
	<u>660</u>	<u>1.089</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 18 Provisão para Perdas Ambientais, Cíveis e Trabalhistas.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.089	1.286
Adições	595	1.870
Baixas	(1.050)	(2.118)
Atualização monetária	26	51
Saldo no fim do exercício	<u>660</u>	<u>1.089</u>

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	—	25,0	—	
Taxa média ponderada de depreciação - %	8,6	6,2	6,1	—	8,4	1,7	
CUSTO							
Saldos em 31/12/2024	56.296	14.586	3.952	968	722	666	77.190
Adições	6.943	48	568	-	-	102	7.661
Baixa	(134)	-	-	-	-	-	(134)
Transferências	239	(2)	-	-	-	-	237
Saldos em 31/12/2025	63.344	14.632	4.520	968	722	768	84.954
DEPRECIAÇÃO							
Saldos em 31/12/2024	(39.299)	(10.799)	(2.218)	-	(486)	(666)	(53.468)
Adições	(5.148)	(906)	(258)	-	(61)	(12)	(6.385)
Baixa	132	-	-	-	-	-	132
Saldos em 31/12/2025	(44.315)	(11.705)	(2.476)	-	(547)	(678)	(59.721)
RESIDUAL							
Em 31/12/2025	19.029	2.927	2.044	968	175	90	25.233
Em 31/12/2024	16.997	3.787	1.734	968	236	-	23.722

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	—	25,0	—	
Taxa média ponderada de depreciação - %	6,9	11,2	6,4	—	3,0	—	
CUSTO							
Saldos em 31/12/2023	43.842	13.523	3.134	968	492	666	62.625
Adições	12.454	1.063	819	-	819	-	14.566
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2024	56.296	14.586	3.952	968	722	666	77.190
DEPRECIAÇÃO							
Saldos em 31/12/2023	(35.856)	(9.218)	(1.991)	-	(468)	(666)	(48.199)
Adições	(3.443)	(1.581)	(228)	-	(18)	-	(5.270)
Baixa	-	-	1	-	-	-	1
Saldos em 31/12/2024	(39.299)	(10.799)	(2.218)	-	(486)	(666)	(53.468)
RESIDUAL							
Em 31/12/2024	16.997	3.787	1.734	968	236	-	23.722
Em 31/12/2023	7.986	4.305	1.143	968	24	-	14.426

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos exercícios.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil – econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil – econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

11. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	8,5	(d)	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2024	1.818.287	356.421	5.411	81.770	2.261.889
Adições	144.690	139.110	208	4.498	288.506
Transferências	439.997	(440.234)	-	-	(237)
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	202.659	-	-	-	202.659
Saldos em 31/12/2025	2.605.633	55.297	5.619	86.268	2.752.817
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2024	(366.501)	-	(4.338)	(51.722)	(422.561)
Adições	(74.507)	-	(467)	(15.569)	(90.543)
Saldos em 31/12/2025	(441.008)	-	(4.805)	(67.291)	(513.104)
RESIDUAL					
Saldos em 31/12/2025	2.164.625	55.297	814	18.977	2.239.713
Saldos em 31/12/2024	1.451.786	356.421	1.073	30.048	1.839.328

Notas Explicativas

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	8,8	(d)	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	1.541.823	382.775	4.919	80.202	2.009.719
Adições	136.082	157.046	438	1.703	295.269
Baixa	-	(1.452)	-	(135)	(1.587)
Transferências	181.894	(181.948)	54	-	-
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	(41.512)	-	-	-	(41.512)
Saldos em 31/12/2024	1.818.287	356.421	5.411	81.770	2.261.889
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2023	(295.954)	-	(3.883)	(39.166)	(339.003)
Adições	(70.547)	-	(455)	(12.629)	(83.631)
Baixa	-	-	-	73	73
Saldos em 31/12/2024	(366.501)	-	(4.338)	(51.722)	(422.561)
RESIDUAL					
Em 31/12/2024	1.451.786	356.421	1.073	30.048	1.839.328
Em 31/12/2023	1.245.869	382.775	1.036	41.036	1.670.716

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como intervenção e levantamento e reabilitação de pavimento e sinalização, duplicações, elementos de proteção, segurança e compensação ambiental.
- (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2025 foram de 3,20% a.a. (3,94% a.a. em 31 de dezembro de 2024).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2025 referem-se a: obras na duplicação, pavimentações, desapropriações, sinalizações, consultoria de apoio de ampliação às obras, terraplenos e estruturas de contenção e infraestrutura.
- (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, imóveis, veículos e licenciamento de software

Provisão para redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2025. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo do contrato de concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 11,70% a.a. (10,37% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício. Adicionalmente,

Notas Explicativas

conforme descrito na Nota 1.1, a Companhia realizou a reversão do montante de R\$202.659 relativos a provisões para redução ao valor recuperável registrado em exercícios anteriores, em virtude da assinatura do termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Capitalização de juros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$9.833 (R\$24.025 em 31 de dezembro de 2024) referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	124.381	(97.279)
Alíquota fiscal vigente	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(42.290)	33.075
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(292)	(136)
Despesas indedutíveis	(7)	(6)
Incentivos fiscais (PAT)	(17)	(15)
Créditos tributários não constituídos (a)	(98.682)	(18.341)
Provisão multa órgão regulador (b)	69.616	(5.794)
Provisão para redução ao valor recuperável (c)	68.925	(14.114)
Outros	2.747	5.331
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-

(a) Créditos tributários não constituídos em função de não haver expectativa de realização futura.

(b) Deve-se principalmente à constituição de provisão para contingências sem a constituição do imposto diferido.

(c) Vide Nota 11.

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	24.028	35.080
Circulante		
Não circulante	11.970	13.852
	12.058	21.228

Notas Explicativas

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	35.080	45.053
Adições (Nota 11.d)	4.499	1.703
Baixas	-	(135)
Encargos financeiros (Nota 23)	3.729	4.460
Pagamento principal	(15.551)	(11.541)
Pagamento de juros	(3.729)	(4.460)
Saldo no fim do exercício	<u>24.028</u>	<u>35.080</u>

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.	
	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	10,18	10,17
2 anos	10,21	10,21
3 anos	10,21	10,22
4 anos	10,21	10,21
5 anos	—	10,21
6 anos em diante	—	—

Vencimento das prestações	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	14.063	14.737
Entre 1 e 2 anos	5.290	12.732
Entre 2 e 5 anos	8.574	14.295
Total valores não descontados	<u>27.927</u>	<u>41.764</u>
Total juros embutidos	<u>(3.899)</u>	<u>(6.684)</u>
	<u>24.028</u>	<u>35.080</u>

14. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
Finem - BNDES	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	78.180	97.519
Finem - BNDES	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	138.981	159.657
			<u>217.161</u>	<u>257.176</u>
Circulante			49.774	45.197
Não circulante			167.387	211.979

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	48.407
2027	54.395	53.252
2028	59.988	58.552
2029	34.512	33.709
2030	18.492	18.059
	<u>167.387</u>	<u>211.979</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	257.176	294.848
Custo de captação	(1.761)	-
Encargos financeiros (Nota 23)	29.215	28.688
Pagamento principal	(44.856)	(40.160)
Pagamento de juros	(22.613)	(26.200)
Saldo no fim do exercício	<u>217.161</u>	<u>257.176</u>

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total $\geq$ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq$ 1,30 Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Penhor das ações da Beneficiária e Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Conforme descrito acima, o contrato de financiamento requer a manutenção de alguns índices financeiros (*covenants*), medidos semestralmente pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de cada período. Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia está adimplente com os referidos índices.

Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq$ 1,3	5,95
Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Patrimônio Líquido / Ativo Total	$\geq$ 20%	61 %

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor;

Notas Explicativas

(vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida;
(vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía créditos não utilizados no contrato de financiamento. O saldo de R\$457.152 de 31 de dezembro de 2024 foi cancelado.

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2025	31/12/2024
2ª Emissão	15/9/2026	CDI + 0,75% a.a.	674.880	-
			674.880	-
Circulante			674.880	-

Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
650.000	(1.885)	15,64%	No vencimento	No vencimento	Quirografia e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	-
Adição	648.115	-
Encargos financeiros (Nota 23)	26.765	-
Saldo no fim do exercício	674.880	-

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), medidos anualmente, com base nas Demonstrações Financeiras da controladora da Companhia. Conforme demonstrado abaixo, a controladora da Companhia está adimplente com os referidos índices:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias Capixaba	2ª Emissão	Dívida líquida/Ebitda ajustado (Garantidora - ECS)	≤4,75	3,58

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Serie única - 2ª emissão	24/9/2025	650.000	(1.885)	648.115	CDI + 0,75% a.a.	15,64 %
		650.000	(1.885)	648.115		

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

			Contrato				Montantes envolvidos						Outras Informações	
Objeto	Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
(a)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	01/01/2025	31/03/2026	9.782	673	-	787	Em até 45 dias	4.561	4.231	317	N/A	Devedor
(b)	Sinelec Brasil Ltda.	Outras Partes Relacionadas	18/12/2024	31/12/2029	853	358	-	-	Em até 45 dias	-	-	201	N/A	Devedor
(c)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	-	740	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2025							-	1.527		4.561	4.231	518		
Total em 31 de dezembro de 2024							407	961		7.589	1.947	204		

Notas Explicativas

- (a) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- (b) A Sinelec Brasil Ltda, parte relacionada controlada pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias, presta serviços referente as atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF).
- (c) Repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R\$2.381 (R\$2.030 para o exercício de 2024) considerando os encargos sociais.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2026, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para R\$3.259 , o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração (fixa/variável)	1.635	1.382
Gratificação	434	-
Remuneração com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	468	52
Outros	-	1
Seguro de vida	4	3
Assistência saúde	121	131
Previdência privada	90	79
FGTS	115	72
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	391	248
	3.259	1.968

Notas Explicativas**17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

	31/12/2024	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2025
Constituição da provisão para manutenção	226.035	31.418	-	-	257.453
Efeito do valor presente sobre constituição	(64.793)	(7.552)	-	-	(72.345)
Realização da manutenção	(117.150)	-	(38.431)	-	(155.581)
Ajuste a valor presente – realizações	40.817	-	-	6.863	47.680
	<u>84.909</u>	<u>23.866</u>	<u>(38.431)</u>	<u>6.863</u>	<u>77.207</u>
Circulante	23.476				-
Não circulante	61.433				77.207

	31/12/2023	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para manutenção	182.601	43.434	-	-	226.035
Efeito do valor presente sobre constituição	(54.257)	(10.536)	-	-	(64.793)
Realização da manutenção	(72.196)	-	(44.954)	-	(117.150)
Ajuste a valor presente – realizações	31.246	-	-	9.571	40.817
	<u>87.394</u>	<u>32.898</u>	<u>(44.954)</u>	<u>9.571</u>	<u>84.909</u>
Circulante	18.952				23.476
Não circulante	68.442				61.433

18. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**18.1. Causas prováveis**

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	89	133.813	4.270	138.172
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	1.385	(657)	728
(-) Pagamentos/baixas	(1)	(862)	(2.734)	(3.597)
(+) Atualização monetária	11	4.337	232	4.580
(+/-) Reclassificações	-	(131.014)	-	(131.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>99</u>	<u>7.659</u>	<u>1.111</u>	<u>8.869</u>

Notas Explicativas

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	79	120.108	2.017	122.204
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	164	6.003	6.167
(-) Pagamentos/baixas	-	(653)	(4.990)	(5.643)
(+) Atualização monetária	10	14.194	1.240	15.444
Saldos em 31 de dezembro de 2024	89	133.813	4.270	138.172

(a) Processos ambientais

O valor provisionado corresponde principalmente a processo envolvendo suposto descumprimento de normativo ambiental, não existindo processos de valor individual relevante e/ou processos que envolvam danos ao meio ambiente e necessidade de reparação, não existindo processos de valor individual relevante.

(b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante.

Reclassificações: A Companhia em cumprimento ao estipulado no Termo de Autocomposição celebrado com a ANTT, União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a interveniência do Tribunal de Contas da União (“TCU”), aderiu à Transação Extraordinária para a regularização de débitos com a União instituída pela Lei nº 14.973/2024 e regulamentada pela Portaria Normativa AGU nº 150/2024. Esse mecanismo endereça a resolução dos passivos regulatórios, inscritos em dívida ativa e/ou judicializados, por meio da aplicação de 40% de desconto para o pagamento em 12 parcelas mensais. A transação foi estruturada em duas operações: (i) a primeira, destinada à regularização dos débitos inscritos em dívida ativa, cujo parcelamento teve início em fevereiro de 2025; e (ii) a segunda, relativa aos passivos judiciais, cujo parcelamento teve início em outubro de 2025. Registra-se que ambas as operações foram integralmente quitadas, de forma antecipada, em 30 de outubro de 2025.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde a reclamações trabalhistas envolvendo empregados de empresas terceirizadas declaradas insolventes pela justiça, bem como, empregados próprios, em que os objetos das ações têm como pedido o pagamento de complementações de rescisões contratuais, adicionais de insalubridade e pleitos de indenização por horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

18.2. Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em outros processos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem a constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processo de valor individual relevante.

	31/12/2025	31/12/2024
Ambientais (a)	922	184
Cíveis (b)	88.616	666.957
Trabalhistas	4.697	7.036
Tributários	650	2
	94.885	674.179

(a) Processos ambientais

Notas Explicativas

As principais movimentações do período referem-se a autos de infração em trâmite, relacionados a multas administrativas aplicadas pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Tais contingências foram classificadas como de perda possível motivo pelo qual não foi registrada provisão.

(b) Processos cíveis

A Concessionária Ecovias Capixaba, em cumprimento ao estipulado no Termo de Autocomposição celebrado com a ANTT, União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a interveniência do Tribunal de Contas da União (“TCU”) realizou o cancelamento e suspensão de processos que constituíam o passivo regulatório da Concessionária. O acordo resultou na anulação de um volume relevante de Processos Administrativos Sancionadores (PAS), o que permitiu a reversão de provisões e a consequente diminuição do passivo das causas possíveis da Companhia. Adicionalmente, os processos administrativos remanescentes foram suspensos e serão extintos ao final do período de transição (3 anos), condicionado ao cumprimento dos investimentos obrigatórios estabelecidos para o período. Esta medida mitiga significativamente os riscos regulatórios e fortalece a segurança jurídica das operações.

19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de fiscalização (a)	779	739
Outras (b)	19.915	-
	20.694	739
Circulante	833	739
Não Circulante	19.861	-

(a) A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$779 (R\$739 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Refere-se a retenção do depósito do pagamento das multas dos passivos relacionados à Operação Infinita Highway e ao Acórdão nº 1.447/2018-TCU/Plenário, que de acordo com os itens 4.58/4.59 e 4.64/4.66 do Termo de Autocomposição assinado pela Companhia com o Tribunal de Contas da União, em caso de permanência do Grupo EcoRodovias como controlador da Concessionária, os valores das referidas multas deveriam ser depositados na conta vinculada da concessão. Adicionalmente, conforme cláusula 12 do contrato de concessão é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais de 2% ao longo de todo prazo de concessão.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	739	711
Custo (Nota 22)	9.362	10.369
Pagamento do principal	(9.322)	(10.341)
Rendimento de aplicação conta ajuste (liquido IRRF)	801	-
Retenção sobre a tarifa	1.756	-
Retenção 1ª Parc Infinita Highway/Acórdão TCU	17.358	-
Saldo no final do exercício	20.694	739

Notas Explicativas

19.1. Informações sobre o contrato de concessão

Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Data da assinatura: 17 de abril de 2013 (início do prazo da concessão em 10 de maio de 2013, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens), aditivo de extensão de prazo em 26 de agosto de 2025, considerando a repactuação do contrato e nova vigência a partir de 28 de agosto de 2025.

Objeto da Concessão: A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 466,8 km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória.

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A

Data de reajuste: 27 de fevereiro de cada ano.

Prazo de vigência: 27 de agosto de 2049.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 25 (vinte e cinco anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrente de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão, além dos descritos na Nota 1.1.

Casos de extinção: Conforme cláusula 33 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Concessionária.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

Recursos vinculados: Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, no termos previstos no Contrato, por aportes de terceiros, públicos ou privados, ou provenientes de outros contratos de concessão, conforme decisão do Poder Concedente, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; (v) atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados; (vi) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e (vii) realização de ações voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e à responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente neste Contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 2% (dois por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustado em razão da aplicação dos mecanismos contratuais e dos fatores de reequilíbrio, na forma prevista no contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita e o custo de construção totalizaram R\$270.468 (R\$268.536 em 31 de dezembro de 2024), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Conforme descrito na Nota 17 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2025, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do exercício de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas. As informações abaixo tratam-se de estimativas e serão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia à medida de sua realização.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2025	31/12/2024
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	5.249.945	976.997
Conservação especial (manutenção)	2.094.105	389.738
Equipamentos	573.062	452.195
Total	<u>7.917.112</u>	<u>1.818.930</u>

Seguros Contratados

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2025, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	31/12/2026	Fator	372.798
			<u>372.798</u>

19.2. Operação Infinita Highway

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na Ecovias 101 (atual Ecovias Capixaba) em Serra – ES, no âmbito da “Operação Infinita Highway”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Ecovias Capixaba nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Ecovias Capixaba e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES.

As investigações realizadas no âmbito da Operação Infinita Highway resultaram em 3 (três) desdobramentos para a Ecovias 101 (atual Ecovias Capixaba).

Em 25 de junho de 2022, a Ecovias Capixaba tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral

Notas Explicativas

coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a Ecovias Capixaba apresentou defesa na mencionada ação judicial. Em 11 de julho de 2024 foi proferida sentença que afastou os pedidos de aplicação de desconto tarifário e de dano moral coletivo. No entanto, determinou a “proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público”, pelo prazo de cinco anos. A sentença foi mantida pelo TRF2 em 05 de fevereiro de 2025. Após pedido de esclarecimentos apresentado ao TRF2, a Concessionária interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, em 13 de outubro de 2025, o qual aguarda julgamento de admissibilidade.

Em 25 de julho de 2022, a Ecovias Capixaba tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a Ecovias Capixaba apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. O prosseguimento do procedimento ficou suspenso em razão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso e em 12 de fevereiro de 2025 a Unidades de Auditoria Especializada em Rodovias e Aviação (AudRodoviaAviação) apresentou manifestação informando que foi celebrado o Termo de Autocomposição no processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso, recomendando a retirada do sobrestamento do processo e o seu arquivamento. Em 28 de março de 2025, o ministro relator proferiu despacho que retirou a suspensão do processo e o remeteu ao AudRodoviaAviação para promover exame complementar ou ratificar o encaminhamento dado, com posterior retorno para decisão. Em 06 de maio de 2025, a AudRodoviaAviação ratificou a recomendação pelo arquivamento do processo. Em 26 de junho de 2025, o Ministério Público de Contas apresentou concordância com a manifestação pelo arquivamento do processo, considerando que “verificou-se que as questões relacionadas à Operação Infinita *Highway* e aos prejuízos decorrentes da conduta da concessionária foram tratadas no âmbito da solução consensual aprovada nos Acórdãos 1996/2024-TCU Plenário e 513/2025-TCU Plenário, no processo TC nº 033.444/2023-4”. Em 06 de agosto de 2025 foi determinado o arquivamento do processo por meio do Acórdão nº 1824/2025-TCU Plenário, que concluiu pelo arquivamento considerando que “não subsistem medidas saneadoras remanescentes nem indícios de danos ao erário não já abrangidos pelos instrumentos firmados e monitorados em autos próprios.”

Em 06 de setembro de 2022, a Ecovias Capixaba tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a Ecovias Capixaba apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia. Esses entendimentos foram apreciados pelo TCU no âmbito do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso, cuja solução consensual endereçou a resolução das questões.

Com o endereçamento da reparação integral dos supostos danos (multas e desequilíbrios contratuais) no Termo de Autocomposição homologado pelo TCU nos Acórdãos 1996/2024 – Plenário e 513/2025 – Plenário, e seu cumprimento com a celebração do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foram encerradas as discussões no âmbito do TCU e da ANTT, persistindo controvérsia apenas em relação à ACP nº 5016859-74/2022.4.02.5001/ES, em que se discute a aplicabilidade, ou não, de eventual “proibição de receber incentivos, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público”, pelo prazo de 5 anos. A Concessionária tem adotado as medidas cabíveis perante os Tribunais Superiores, sem prejuízo de discutir em paralelo alternativas de solução consensual com o Ministério Público Federal.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do TCU e da ANTT, a Companhia solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Companhia e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação Infinita *Highway*, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídicos anteriores. A Companhia entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nestas demonstrações financeiras. De acordo com o Termo de Autocomposição, a Companhia se comprometeu a pagar as multas decorrentes da Operação Infinita *Highway* em 3 parcelas de R\$17.358. A primeira parcela foi paga em 20 de agosto de 2025.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar é de R\$35.338 demonstrado na rubrica “outras contas a pagar” no passivo circulante e não circulante.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$2.155.829 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1.682.092, representados por 2.155.829.255 e 1.682.092.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Os aumentos de capital realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

Data	Valor Nominal	Quantidade de ações	Valor total
3/1/2025	R\$ 1,00 (um real)	43.000.000	43.000
14/2/2025	R\$ 1,00 (um real)	50.000.000	50.000
8/4/2025	R\$ 1,00 (um real)	30.000.000	30.000
8/5/2025	R\$ 1,00 (um real)	45.000.000	45.000
30/7/2025	R\$ 1,00 (um real)	303.760.000	303.760
15/8/2025	R\$ 1,00 (um real)	1.977.155	1.977
		<u>473.737.155</u>	<u>473.737</u>

20.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados nos referidos exercícios.

A distribuição do resultado é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	124.381	(97.279)
Prejuízos de exercícios anteriores	(441.593)	(344.314)
Prejuízos acumulados	<u>(317.212)</u>	<u>(441.593)</u>

Notas Explicativas**21. RECEITA LÍQUIDA**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	33.323	40.497
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	189.929	173.113
Vale-pedágio	26.267	29.044
Outras	381	304
	<u>249.900</u>	<u>242.958</u>
Receita de construção (b)	270.468	268.536
Receitas acessórias (c)	6.363	6.099
Receita bruta	<u>526.731</u>	<u>517.593</u>
Deduções da receita bruta	(21.623)	(21.110)
Receita líquida	<u>505.108</u>	<u>496.483</u>
Deduções		
COFINS (3%)	(7.689)	(7.472)
PIS (0,65%)	(1.666)	(1.619)
ISS (3% a 5%)	(12.222)	(11.884)
Abatimentos	(46)	(135)
	<u>(21.623)</u>	<u>(21.110)</u>

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

Dentre os valores de receita de pedágio por equipamento eletrônico, R\$226 em 31 de dezembro de 2025, representam os valores a receber relacionados ao Desconto do Usuário Frequente (DUF). De acordo com a cláusula 19.4.4 do Contrato de Concessão, “A Concessionária será compensada anualmente, no âmbito da Revisão Ordinária, pela variação da Receita Tarifária Líquida, deduzidos os Recursos Vinculados, decorrente da aplicação do Desconto de Usuário Frequente por meio de Notificação de Compensação de Desconto de Usuário Frequente.” Os referidos valores estão contabilizados na rubrica “Desconto de Usuário Frequente – ANTT” no ativo não circulante.

- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

Notas Explicativas**22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	37.828	32.115
Conservação e manutenção	19.068	25.101
Serviços de terceiros (a)	40.297	36.198
Seguros	3.001	1.955
Poder concedente (Nota 19)	9.362	10.369
Provisão para manutenção (Nota 17)	23.866	32.898
Custo de construção de obras	270.468	268.536
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	96.928	88.901
Locação de imóveis e máquinas	2.712	2.022
Outros custos e despesas operacionais	15.370	19.797
	<u>518.900</u>	<u>517.892</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	502.272	496.676
Despesas gerais e administrativas	16.628	21.216
	<u>518.900</u>	<u>517.892</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	39.996	4.528
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 9)	26	51
Outras receitas financeiras	128	134
	<u>40.150</u>	<u>4.713</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(23.270)	(26.383)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(5.945)	(2.305)
Juros sobre debêntures (Nota 15)	(26.185)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 15)	(580)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Nota 17)	(6.863)	(9.571)
Juros Capitalizados	9.833	24.025
Juros sobre arrendamentos – CPCo6 (R2) (Nota 13)	(3.729)	(4.460)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 18)	(4.580)	(15.444)
Atualização monetária outras contas a pagar	(40.983)	(4.462)
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(584)	(219)
Outras despesas financeiras	(1.747)	(820)
	<u>(104.633)</u>	<u>(39.639)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(64.483)</u>	<u>(34.926)</u>

Notas Explicativas

24. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

24.1 Lucro/(prejuízo) básico por ação

O lucro/(prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/(prejuízo) básico por ação	124.381	(97.279)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação	1.949.593	1.556.810
Lucro/(prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>0,06</u>	<u>(0,06)</u>

24.2 Lucro/(prejuízo) diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (a)	916.069	292.256
Disponibilidade (b)	(154.576)	(26.478)
Dívida líquida	761.493	265.778
Patrimônio líquido (c)	1.839.196	1.241.078
Índice de endividamento líquido	<u>0,41</u>	<u>0,21</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13, 14 e 15.

(b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.

Notas Explicativas

- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 102,6% do CDI em 31 de dezembro de 2025, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (95,2% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- Clientes, fornecedores e FIDC: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo Contábil	Valor Justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	133.604	133.604
Clientes (b)	36.315	36.315
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (a)	531.760	531.760
Passivos:		
Fornecedores (b)	43.606	43.606
Fornecedores FIDC (b)	151	151
Debêntures (c)	674.880	651.573
Empréstimos e financiamentos (c)	217.161	205.028
Passivo de arrendamento (d)	24.028	27.927
Classificação – Valor justo através do resultado		
Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (e)	391	391

- (a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e de aplicações financeiras – conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (b) Os saldos de “clientes”, “fornecedores” e “fornecedores FIDC” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.
- (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores estatutários da Companhia (*Phantom Stock Options* e *Phantom Restricted Stock*), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3), registrados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória/ e política do contrato de concessão, garantia da rentabilidade dos ativos e capital humano
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas críticos, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, risco de crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro;
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor e/ou Legislações.

A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta às principais variações:

- Taxas de Inflação: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado a reajustes tarifários;
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às debêntures e aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e

Notas Explicativas

- Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) relacionado aos empréstimos e financiamentos da Companhia.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” de no mínimo AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$28.699 (R\$10.151 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de crédito

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
BNDES	68.399	68.399	68.399	57.490
Debêntures	748.963	-	-	-
Passivo de arrendamento	14.063	5.290	5.080	3.494
	831.425	73.689	73.479	60.984

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 127.749 (ativo circulante de R\$ 705.639 e passivo circulante de R\$ 833.388), principalmente decorrente de debêntures a pagar de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do TJLP, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	66.991	83.739	100.487
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da TJLP	(18.463)	(23.079)	(27.694)
Debêntures (a)	Alta do CDI	(89.886)	(104.499)	(118.990)
Juros a incorrer, líquidos		(41.358)	(43.839)	(46.197)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,90 %	16,13 %	19,35 %
TJLP (b)	9,11 %	11,38 %	13,66 %

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – dezembro de 2025

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**26.1 Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

26.2 Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

26.3 Transações que não envolvem caixa

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso – CPCo6 (R2) - Adições	4.499	1.703
Direito de uso – CPCo6 (R2) - Baixas	-	(135)
Outros créditos - conta reserva ANTT	19.915	-

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

28. FORNECEDORES - RISCO SACADO

A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2025, não há valores registrados nessa modalidade (R\$334 em 31 de dezembro de 2024).

Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor - risco sacado, em 2025, R\$ 641 (em 2024, R\$279).

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 21)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Além disso, o contrato de concessão estabelece algumas regras de descontos que devem ser aplicados aos usuários, que são aplicados de acordo com certas condições no momento da passagem do veículo no pedágio.

Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita, além dos descontos que são aplicados a depender de certas condições.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Realizamos procedimentos de auditoria para recalcular os descontos que são aplicados aos usuários de acordo com as regras estabelecidas no contrato de concessão, entre outros procedimentos.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.219.922 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, efetuamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos

Porque é um PAA

Contrato de Concessão, Processo de Relicitação e Investigação do Ministério Público Federal (Nota 1.1 e 19.2)

Durante o exercício de 2025, a Companhia participou do processo de relicitação que resultou na celebração do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 26 de agosto de 2025, estendendo sua vigência por 24 anos.

O referido Aditivo revogou os anteriores e estabeleceu um modelo regulatório atualizado, no qual foi definido um período de transição condicionado ao cumprimento de metas específicas de investimentos e restrições quanto ao pagamento de dividendos e à transferência do controle acionário, além da introdução de condições relacionadas à: Desconto Básico de Tarifa (DBT), Desconto para Usuário Frequente (DUF), Recursos Vinculados, e Retenção sobre a Receita Tarifária, entre outros.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 19.2, o processo envolveu negociações e autocomposição de litígios, incluindo aqueles relacionados à "Operação Infinita Highway" e outros passivos regulatórios vinculados ao contrato original.

Os impactos contábeis decorrentes desta transação, foram mensurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, e incluíram: (i) o reconhecimento de provisão atualizada referente aos passivos relacionados às investigações da "Operação Infinita Highway", bem como outros passivos regulatórios vinculados ao contrato original; e (ii) a reversão da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, uma vez que o novo aditivo contratual passou a incorporar premissas que alteraram positivamente as projeções de valor em uso desses ativos. O aditivo estabeleceu a extensão do contrato por 24 anos, recomposição tarifária, readequação da Taxa Interna de Retorno e geração de novos fluxos de caixa, e laudo elaborado por consultoria externa confirmou que o valor recuperável supera o valor contábil, permitindo a reversão da provisão no montante de R\$ 202.659 mil.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade na apuração das obrigações contratuais e aos aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram: (i) a leitura e análise dos documentos relacionados ao processo de relicitação que resultou na assinatura do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, com o objetivo de compreender as alterações contratuais e seus potenciais efeitos sobre as demonstrações financeiras; e (ii) a avaliação do trabalho técnico elaborado pela Administração quanto aos impactos decorrentes desse aditivo, incluindo as premissas utilizadas, a metodologia de mensuração aplicada e a razoabilidade dos valores reconhecidos após a assinatura do termo e a mensuração e reconhecimento dos outros passivos regulatórios vinculados ao contrato original.

Em relação à reversão da provisão para redução do valor recuperável dos ativos, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração após a repactuação contratual decorrente da celebração do 8º Termo Aditivo e informações e dados públicos e internos. Esses procedimentos contemplaram a revisão da metodologia adotada, a consistência das projeções e a razoabilidade dos valores reconhecidos à luz das novas condições contratuais.

Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na mensuração dos efeitos.

No que se refere aos desdobramentos das negociações no âmbito da "Operação Infinita Highway", com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com a administração e seus assessores jurídicos internos e externos, com o objetivo de compreender se todos os impactos decorrentes da autocomposição de litígios nos termos do Aditivo contratual foram adequadamente apurados, registrados e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Comparamos as informações divulgadas nas notas explicativas com a avaliação e cálculos elaborados pela administração, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação dos impactos decorrentes do processo de relicitação da concessão, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que: Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e

Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Serra - ES, 17 de março de 2026.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Roberto Amorim Junior
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que: Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e
Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Serra - ES, 17 de março de 2026.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Roberto Amorim Junior
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores